

**POLÍTICAS DE AÇÕES AFIRMATIVAS
E ATUAÇÃO DE BOLSISTAS APOIADORES DE INCLUSÃO E ACESSIBILIDADE
NA UNIFESSPA**

Samuel de Almeida Mendes¹
samuelmendes@unifesspa.edu.br

Lucélia Cardoso Cavalcante Rabelo²
luceliaccr@unifesspa.edu.br

Thaís de Oliveira Abreu³
thaisoliveira@unifesspa.edu.br
Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará

Resumo

Ao considerarmos as políticas de ações afirmativas na educação superior, é crucial analisarmos experiências exitosas de apoio à inclusão e serviços de acessibilidade que têm propiciado não somente o acesso, mas a permanência com sucesso acadêmico nos cursos de graduação e pós-graduação da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará/UNIFESSPA. Nesse sentido, este estudo, analisa três anos do processo de atuação de bolsistas vinculados ao Núcleo de Acessibilidade e Inclusão Acadêmica/NAIA. Adotou-se a abordagem qualitativa de pesquisa, quando foram sistematizados dados através da análise documental de relatórios de bolsistas e avaliações dos alunos com deficiência, entrevistas com bolsistas e reflexões sobre os pressupostos do Programa de Apoio a Inclusão e Acessibilidade. Analisa-se que esta atuação tem sido decisiva no desenvolvimento acadêmico de discentes com deficiência, pois afirma uma permanência com qualidade na educação superior, que alinhado a uma concepção social da deficiência, tem favorecido autonomia e independência a este público de alunos. É necessário garantir condições para a implementação da política institucional de inclusão e acessibilidade e que programas de apoio como este assumam um papel contributivo no atendimento a demandas específicas.

Palavras-chave: Educação superior inclusiva. Políticas de ações afirmativas. Discente com deficiência.

Abstract

When considering affirmative action policies in higher education, to analyze successful experiences in support of inclusion and accessibility services that have provided not only access, but also the permanence with academic success in the undergraduate and postgraduate courses of the Federal University of South and Southeast of Pará / UNIFESSPA is crucial. Thus, this study analyzes three years of the process of action of fellows linked to the Nucleus of Accessibility and Academic Inclusion / NAIA. The qualitative research approach was adopted, when data were systematized through the documentary analysis of scholarship reports and assessments of students with disabilities, interviews with scholars and reflections on the assumptions of the Program to Support Inclusion and Accessibility. We analyzed that this action has been decisive in the academic development of students with disabilities, since it affirms a permanence with quality in the higher education, that aligned to a social conception of the deficiency, has favored autonomy and independence to this public of students. It is necessary to guarantee conditions for the implementation of the institutional policy of inclusion and accessibility and that support programs such as this assume a contributory role in meeting specific demands.

Keywords: Inclusive higher education. Affirmative action policies. Disabled student.

Introdução

¹ Coordenador do Departamento de Inclusão Acadêmica do Núcleo de Acessibilidade e Inclusão Acadêmica (NAIA) da Unifesspa. Licenciado em Matemática pelo IFMA; Bacharel em Serviço Social pela UNIP.

² Professora Dra. da Faculdade de Ciências da Educação da Universidade Federal do Sul e sudeste do Pará e coordenadora do Núcleo de Acessibilidade e inclusão Acadêmica – NAIA.

³ Tradutora e intérprete da Unifesspa, responsável pelo Departamento de AEE do Núcleo de Inclusão e Acessibilidade Acadêmica da Unifesspa – Naia. E-mail: thaisoliveira@unifesspa.edu.br

A inclusão da pessoa com deficiência no ensino superior é um grande desafio e tem seu marco em 1990 com as alterações no sistema educacional em nosso país e reformas gerando a formulação de políticas públicas voltadas para a educação como um todo. Embora voltadas, em sua maioria, para a educação básica, o que chama a atenção para o aprofundamento de estudos referentes a políticas públicas de inclusão para o ensino superior.

Em 1994 foi sancionada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN – Lei Nº 9.394/96 (BRASIL, 1996), porém não apresenta de forma clara o processo de inclusão no ensino superior. Ainda em 1996 o MEC organizou o denominado Aviso Curricular Nº 277/1996 (BRASIL, 1996), dirigido aos Reitores das IES solicitando a execução adequada de uma política educacional dirigida às pessoas com necessidades especiais.

O conjunto de direitos assegurado a população com deficiência no Brasil, tem uma notória evolução discursiva nos textos legais, tal como expresso no Decreto Nº 3.298/99 que Regulamenta a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989 (BRASIL, 1989), dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção. Conforme o Artigo primeiro do referido decreto:

[...] a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência compreende o conjunto de orientações normativas que objetivam assegurar o pleno exercício dos direitos individuais e sociais das pessoas portadoras de deficiência (BRASIL, 1999, p. 1).

Partindo do pressuposto que a Educação Superior precisa organizar as ações institucionais que lhe são cabíveis visando a garantia da inclusão com qualidade dos alunos com deficiência, transtorno do espectro do autismo e altas habilidades/superdotação visando promover a eliminação de todas as barreiras ao processo de inclusão da pessoa com deficiência o Brasil, a partir da Convenção Internacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência em 2006, criação do Plano Nacional da Educação em Direitos Humanos (Brasil, 2007) e o MEC através do Grupo de Trabalho nomeado pela Portaria nº 555/2007 (BRASIL, 2007), prorrogada pela Portaria Nº 948/2007, este documento tem expressa em um de seus objetivos centrais:

[...] desenvolver políticas estratégicas de ação afirmativa nas IES que possibilitem a inclusão, o acesso e a permanência de pessoas com deficiência e aquelas alvo de discriminação por motivo de gênero, de orientação sexual e religiosa, entre outros e seguimentos geracionais e étnico-raciais (BRASIL, 2008, p. 41).

A Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva/PNEEEI (Brasil,

2008, p. 14):

[...] assegurar a inclusão escolar de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, orientando os sistemas de ensino para garantir: acesso ao ensino regular, com participação, aprendizagem e continuidade nos níveis mais elevados do ensino; transversalidade da modalidade de educação especial desde a educação infantil até a educação superior; oferta do atendimento educacional especializado; formação de professores para o atendimento educacional especializado e demais profissionais da educação para a inclusão; participação da família e da comunidade; acessibilidade arquitetônica, nos transportes, nos mobiliários, nas comunicações e informação; e articulação intersetorial na implementação das políticas públicas.

O sentido de a Educação Especial ser transversal, dentro da PNEEEI (BRASIL, 2008) abrange a ideia de prestação de serviços em educação especial, ou seja, de acessibilidade na perspectiva inclusiva, de modo a complementar a escolarização no ensino comum dos alunos com deficiência e transtorno do espectro autista:

[...] modalidade transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, tem como função disponibilizar recursos e serviços de acessibilidade e o atendimento educacional especializado, complementar a formação dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação (BRASIL/MEC, 2013, p. 8).

Ao analisarmos o teor das legislações que fundamentam a política de educação inclusiva, é notório que as questões relacionadas a presença do aluno com deficiência na educação superior, não tem robustez e detalhamento diretivo, como as políticas pensadas para a educação básica. Na PNEEEI (Brasil, 2008) é possível identificar um direcionamento, mesmo que ainda geral, para a transversalidade da educação especial no ensino superior.

É preciso compreender como deverá ocorrer essa efetivação da educação especial neste nível educacional, para podermos projetar e implementar institucionalmente essa política:

Na educação superior, a educação especial se efetiva por meio de ações que promovam o acesso, a permanência e a participação dos alunos. Estas ações envolvem o planejamento e a organização de recursos e serviços para a promoção da acessibilidade arquitetônica, nas comunicações, nos sistemas de informação, nos materiais didáticos e pedagógicos, que devem ser disponibilizados nos processos

seletivos e no desenvolvimento de todas as atividades que envolvam o ensino, a pesquisa e a extensão (Brasil, 2008, p. 11).

Como tem sido pensada essa transversalidade? Como se tem garantido o acesso ao ensino superior, que perfis apresentam este público? Que demandas? Como a universidade tem se estruturado e se planejado para promover práticas pedagógicas inclusivas e garantir o direito do aluno à educação?

A criação dos Núcleos de Acessibilidade, a exemplo do que ocorre na educação básica com as salas de recursos multifuncionais, tem sido incentivada e exigida como condição fundamental para a inclusão dos alunos público alvo da educação especial no contexto universitário e desenvolvendo atividades de ensino, pesquisa e extensão na área de inclusão e acessibilidade.

No contexto da educação especial os Núcleos de Acessibilidade são definidos como “espaço físico, com profissional responsável pela organização das ações, articulação entre os diferentes órgãos da instituição para a implementação da política de acessibilidade e efetivação das relações de ensino, pesquisa e extensão na área” (Brasil, 2010, p. 52, seção 3).

Visando a oferta condições de acessibilidade pedagógica, atitudinal, arquitetônica, física na informação e comunicação nas IFES, os Núcleos de Acessibilidade são condição primordial para a efetivação do AEE, pois “[...] visam eliminar barreiras físicas, de comunicação e de informação que restringem a participação e o desenvolvimento acadêmico e social de estudantes com deficiência” (Brasil, 2013, p. 3).

Nesse sentido, o Núcleo de Acessibilidade e Inclusão Acadêmica – NAIA/Unifesspa, foi criado em 2014, com vinculação a Reitoria da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, universidade presente em 39 municípios, sendo que a sede fica em Marabá (cidade em que se situa essa pesquisa). O NAIA é denominado como:

[...] um espaço pedagógico de atendimento educacional especializado a discentes com deficiência da Unifesspa, que desenvolve ações de ensino, pesquisa e extensão. Surge a partir de experiências acumuladas na área de educação especial desenvolvidas em projetos e programas de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidas a partir de 2012. Institucionaliza-se com a nomeação de uma coordenadora especializada na área em abril de 2014 pela administração superior da referida Universidade (Rabelo, 2016).

Um dos Programas centrais do NAIA/Unifesspa, é o Programa de bolsistas apoiadores de inclusão e acessibilidade, voltado para o apoio a serviços de Educação Especial para alunos com deficiência tem se

destacado pelo importante papel desenvolvido.

Visando cumprir o que prevê a legislação pertinente ao tema aqui tratado, principalmente as previsões contidas nos artigos 58, 59 e 60 da LDBEN Nº 9.394/96 (Brasil, 1996) que se refere ao atendimento educacional especializado – AEE. No caso particular da Unifesspa o papel dos bolsistas apoiadores está voltado para o atendimento aos discentes com deficiência no âmbito do Ensino Superior. De acordo com a Portaria Nº 3.284/2003 (Brasil, 2003) que em seu contexto geral trata de condições fundamentais para a inclusão de discentes com deficiência no âmbito do Ensino Superior.

Ainda nesse contexto o decreto-lei Nº 5.296/2004 (Brasil, 2004) estabelece o atendimento prioritário às pessoas com deficiência e mobilidade reduzida além de apresentar normas gerais e critérios para promover a acessibilidade.

Na busca pela execução das políticas e práticas de acessibilidade na Unifesspa o funcionamento e linhas de ações do NAIA, com atuação dos bolsistas apoiadores, apresenta-se como prática fundamentais para que as condições de acessibilidade aos discentes com deficiência da Unifesspa sejam garantidas.

Atualmente o NAIA conta com 26 bolsistas apoiadores que trabalham no apoio direto a 15 discentes com deficiência. Destes 10 são deficientes visuais, 4 deficientes físicos, sendo uma discente com paralisia cerebral.

O bolsista apoiador atua diretamente em contexto com o aluno com deficiência, interage com os alunos com deficiência, com seus colegas de turma, com docentes e técnicos do curso. Transmite e recebe informações que auxiliam na organização do trabalho pedagógico desenvolvido no NAIA. Além das ações supracitadas os bolsistas apoiadores também atuam em atividades fora da universidade, em acompanhamento dos discentes com deficiência com deficiência em estágios curriculares e extracurriculares, aulas de campo, eventos da Unifesspa e externos que tenham relação direta com a formação acadêmica do discente.

Para desenvolver o seu papel como bolsistas em atividades de apoio à acessibilidade, vivenciam processos de formação propiciados pela equipe do NAIA na área de educação especial, acessibilidade, práticas e técnicas inclusivas. Ao mesmo tempo que contam com orientações sistemáticas sobre o seu plano de atuação, realização e avaliação das atividades como bolsistas. O papel principal do apoiador é contribuir com as ações de seguridade de direitos do discente com deficiência, colaborando com s práticas inclusivas e acessíveis para a permanência no ensino superior, pois na maioria das vezes o discente com deficiência que ingressa da universidade e que não consegue contar com apoios desta natureza, pode levar a desistência.

Considerando o conjunto de atividades de ensino, pesquisa e extensão que o NAIA desenvolve, seu papel institucional como integrante da política de inclusão da Unifesspa, por meio de suas ações afirmativas,

vimos discutir como essas políticas têm colaborado com a inclusão educacional de alunos com deficiência considerando seus diferentes perfis e atendimento de suas demandas, destacando o papel dos bolsistas apoiadores no interior dessas políticas. Assim, o estudo objetivou “analisar como, dentro das políticas de ações afirmativas presentes na Unifesspa, o programa de bolsistas apoiadores, tem colaborado com a inclusão educacional e desenvolvimento de alunos com deficiência considerando seus diferentes perfis e demandas a partir da experiência do NAIA”.

Metodologia

Abordagem de cunho qualitativo, sistematizando dados quantitativos sobre o público com deficiência e seus perfis, e dados qualitativos descritos e analisados mediante análise de dados presentes em banco de dados do NAIA e no Centro de Registro e Controle Acadêmico/CRCA/Unifesspa.

Foram explorados dados de documentos do NAIA, tais como: Programa de bolsista apoiador de inclusão e acessibilidade, relatórios do de atuação dos bolsistas, relatórios de avaliação dos discentes com deficiência. Foram explorados dados de registros acadêmicos, percurso nas disciplinas de cada acadêmico com deficiência, mapeou-se dados de ingresso de 2009 a 2018 para fins comparativos de ingresso, permanência e conclusão de alunos público alvo da educação especial, antes e depois do funcionamento do Programa.

Participantes do estudo:

- Alunos com deficiência da Unifesspa
- Bolsistas apoiadores.

Etapas do estudo

- a) Identificação de base de dados de pesquisas: relatórios e programas e projetos do NAIA e suas ações, relatórios do desempenho acadêmico, para análise documental e posterior sistematização de dados.
- b) Tabulação de dados de questionários de perfis de demandas dos alunos com deficiência existente no banco de dados da Unifesspa e do NAIA.
- c) Construção analítica dos dados correlacionando perfis de demandas dos alunos, suas necessidades específicas o programa de apoiadores dentro das políticas de ações afirmativas implementadas na universidade.

Resultados

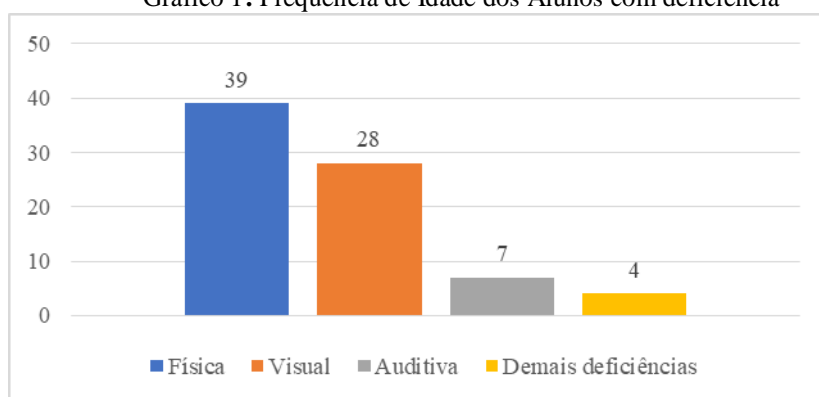
Para compreender como as políticas de ações afirmativas da Unifesspa tem contribuído com a inclusão acadêmica dos discentes com deficiência, utilizou-se eixos temáticos de análise, descrito a seguir:

a) Perfil dos discentes com deficiência e suas demandas de apoio para permanência e aprendizagem em seus cursos;

Os discentes que compõem o público-alvo da educação especial na Unifesspa são pessoas com deficiência física, auditiva e visual que demandam um acompanhamento sistemático nas diversas atividades acadêmicas e científicas da educação superior.

Atualmente na Unifesspa existem 78 alunos com *status* ativo que estão distribuídos segundo a deficiência conforme o Gráfico 01.

Gráfico 1: Frequência de Idade dos Alunos com deficiência

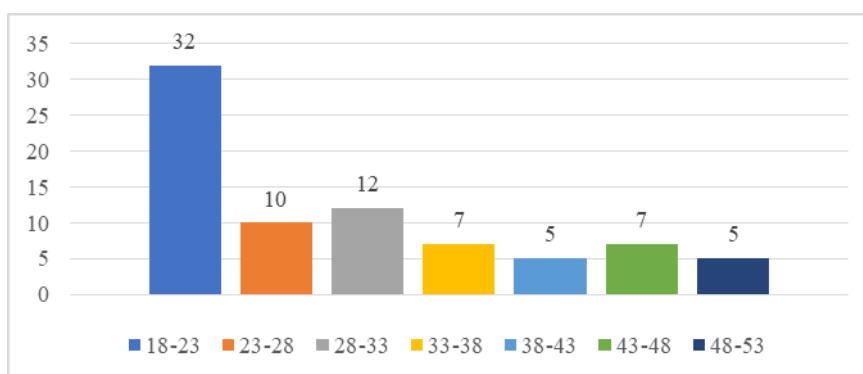


Fonte: NAIA- Departamento de Inclusão Acadêmica

Os alunos com deficiência Física são os mais numerosos na Unifesspa 39, (50%), seguidos de 28, (35,9%) com deficiência visual, 7, (8,9%), com deficiência auditiva com *status* ativo em 2018.

Em relação à faixa etária dos discentes com deficiência atualmente ativos na Unifesspa, tem-se:

Gráfico 1: Frequência de Idade dos Alunos com deficiência



Fonte: NAIA- Departamento de Inclusão Acadêmica

Observa-se que dos alunos com deficiência atualmente ativos na Unifesspa a faixa etária varia de 18 a 51 anos de idade. A maior incidência encontra-se na faixa etária de 18 a 23 anos de idade, contabilizando 32 alunos (41%). Sendo a menor incidência na faixa etária de 48 a 51 anos - 5 alunos (6,41%).

Levando em consideração a matrícula dos discentes de acordo com o curso, os dados obtidos foram os seguintes:

Tabela 1: Alunos com Deficiência por Curso

Curso	Quantidade
Ciências Sociais	5
Geografia	3
História	4
Pedagogia	4
Artes Visuais	2
Letras Inglês	1
Letras Português	7
Engenharia da Computação	1
Engenharia de Materiais	2
Engenharia de Minas	4
Engenharia Civil	6
Engenharia Elétrica	4
Engenharia Mecânica	5
Sistema da Informação	3
Engenharia Química	1
Matemática	1
Ciências Biológicas	2
Psicologia	5
Saúde Coletiva	3
Agronomia	1
Ciências Econômicas	2
Direito	8
Direito da Terra	1
Administração	1
Ciências Contábeis	1
Medicina Veterinária	1
	78

Fonte: NAIA - Departamento de Inclusão Acadêmica

Destaque-se que a separação por curso permite melhor identificação e entendimento sobre as demandas pedagógicas dos discentes com deficiência e, conseqüentemente, melhor atuação dos bolsistas apoiadores que atuam junto a eles de acordo a elaboração de ações do NAIA na busca pelo melhor desempenho acadêmico daqueles. Considerando que a Unifesspa tem atualmente, 60 cursos de

Graduação, desse total os alunos com deficiência estão distribuídos em 26 desse total de cursos, ou seja, em 43,33%.

b) O Programa de Bolsistas Apoiadores no âmbito das Políticas de ações afirmativas na Unifesspa para inclusão dos alunos com deficiência;

As políticas de ações afirmativas na Unifesspa que colaboram com a inclusão educacional de alunos com deficiência considerando seus diferentes perfis, efetivam-se com a criação e funcionamento do NAIA, que ganha um especial destaque com o Programa de Apoio a Discentes com Deficiência da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará. A seleção dos bolsistas se dá via edital público, e é aberto a alunos de graduação de qualquer curso da modalidade presencial do campus de Marabá e quando há demandas dos campi fora de sede.

O papel dos bolsistas apoiadores remete à atuação junto aos discentes com deficiência da Unifesspa, respeitando-se as peculiaridades e necessidades educacionais específicas destes últimos e outras demandas pedagógicas.

Todas as atividades de apoio a inclusão e acessibilidade integram as políticas de ações afirmativas da Unifesspa e são realizadas sob a orientação da coordenação da equipe do NAIA, com o objetivo de oferecer condições de acessibilidade e inclusão acadêmica.

A seguridade da inclusão educacional das universidades, não ocorre somente com a chegada do discente com deficiência no ensino superior, é necessário que as universidades reorganizem suas ações institucionais no sentido de garantir o desenvolvimento de uma vida acadêmica inclusiva aos alunos com deficiência, transtorno global do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação que atualmente, compõem o público-alvo da Educação Especial, promovendo a “[...] eliminação de barreiras atitudinais, físicas, pedagógicas e de comunicação” (ROSA; ALMEIDA; TEIXEIRA, 2011, p. 2). Ou seja, garantir o pleno acesso, participação e aprendizagem na educação superior, considerando os pressupostos legais em vigor e dos referenciais políticos e pedagógicos educacionais (BRASIL, 2013).

c) A inclusão acadêmica e atuação do NAIA para o atendimento das necessidades específicas dos alunos público alvo da educação especial.

Todas as ações supracitadas têm como objetivo a inclusão e permanência dos discentes com deficiência no Ensino Superior na Unifesspa. Nesse sentido o NAIA desempenha importantes papéis por meio de seus departamentos dentre eles o Departamento de Inclusão Acadêmica que dentre outras

ações atua no contato direto com os alunos com deficiência e os bolsistas apoiadores.

O trabalho inicia-se desde o processo de habilitação e preenchimento do Questionário de perfil dos discentes que tem por objetivo obter informações básicas sobre os discentes com deficiência ingressantes. Os dados vão desde informações pessoais às demandas decorrentes da deficiência e, principalmente os referentes ao processo de ensino e aprendizagem no Ensino Fundamental e Médio para nortear a atuação no ensino superior. Busca-se identificar quais os recursos pedagógicos que os discentes com deficiência necessitam para melhor orientar no trabalho do bolsista apoiador.

Os bolsistas são orientados sobre o processo de apoio aos discentes com deficiência em sala de aula que, em atividades ajuda na locomoção, leitor, escriba em áudiodescrição do conteúdo das aulas. Os bolsistas, tem um cronograma de atividades semanal, que é sistematizado pelo Departamento de Inclusão Acadêmica do NAIA, que fornece a assistência e orientação para os acompanhamentos além da sala de aula, estendendo-se a estágios, práticas de laboratórios, visitas de campo, participação em eventos acadêmicos e similares. Esse acompanhamento, resulta das solicitações feitas pelos alunos com deficiência, conforme analisam a necessidade. Na prática, não há cultivo a dependência e nem que os bolsistas assumam funções de profissionais que as universidades precisam realizar concursos, mas é um espaço de interação e formação ao mesmo tempo do bolsista com a realidade dos discentes com deficiência, que é incentivado a ter autonomia e independência.

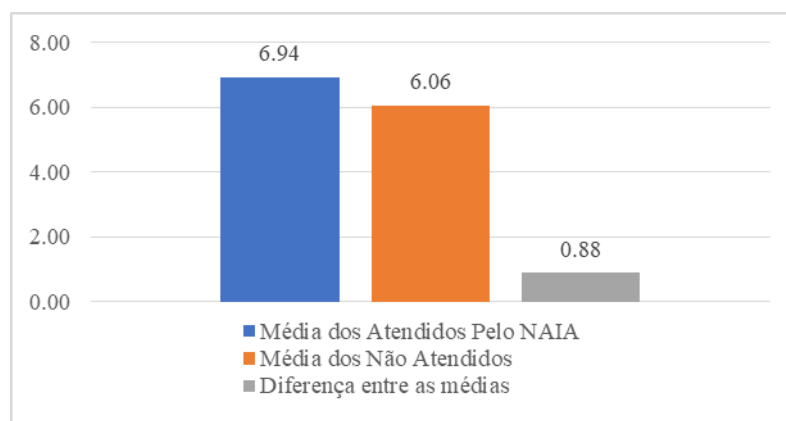
Discussões

A partir da exploração dos dados utilizados para a elaboração deste trabalho analisou-se que a partir da criação do NAIA houve um aumento no número de discentes com deficiência na Unifesspa, passando de 13 discentes com deficiência em 2014 para 78 discentes em 2018. Cumpre informar que nem todos os discentes com deficiência da Unifesspa necessitam do acompanhamento do Núcleo em relação aos apoios em sala de aula e à acessibilização de materiais. Dos 78 alunos, 15 necessitam ou já utilizaram apoio direto em atividades de acessibilização de materiais e apoio em sala de aula. A deficiência que mais demanda apoio é a visual. Dos 15 alunos que demandam apoio, 10 são pessoas com deficiência visual.

Dentre as funções a serem desenvolvidas pelos bolsistas apoiadores conforme previstas no edital de seleção, além das já descritas nesse texto, estão a produção de materiais teóricos que relatem as experiências no trabalho junto aos discentes com deficiência. Ao perguntar aos discentes com deficiência sobre a importância do papel dos bolsistas apoiadores todos destacaram que eles são de fundamental importância para o bom desempenho acadêmico e que sem o acompanhamento a vida acadêmica seria bem mais difícil.

Para registro, sistematização e comprovação da importância do papel dos bolsistas apoiadores, além das informações já destacadas, realizou-se um levantamento sobre o Índice de Rendimento Acadêmico – IRA dos alunos com deficiência que recebem e dos que não recebem apoio dos bolsistas seja acompanhamento ou acessibilização de materiais. Após o levantamento dos dados foi realizada a comparação dos índices de rendimento acadêmico. O resultado desta comparação veio corroborar o que até aqui foi dito quanto a importância do papel dos apoiadores. O desempenho dos discentes com deficiência que não são atendidos pelo NAIA especificamente nas ações de acessibilização e apoio em sala de aula é 13% inferior ao dos discentes atendidos pelo Núcleo como podemos ver no Gráfico 04. Destaque-se que o percentual supracitado considerou os discentes que atualmente recebem apoio direto do NAIA nas ações supracitadas.

Tabela 2: Índice de Rendimento Acadêmico – IRA e comparativo entre os discentes com e sem apoio do NAIA



Fonte: NAIA- Departamento de Inclusão Acadêmica

Conclusões

Após a realização deste trabalho percebeu-se que o ingresso de pessoas com deficiência na Unifesspa tem crescido a partir da atuação do NAIA/Unifesspa que desenvolve um importante trabalho junto à comunidade acadêmica contribuindo de forma direta para o ingresso e permanência dos discentes com deficiência no ensino superior desenvolvendo atividades que visam a garantia e defesa dos direitos das pessoas com deficiência e também realizando apoio pedagógico a estes, em especial por meio do programa de bolsistas apoiadores, sempre na perspectiva da inclusão, melhor desempenho acadêmico e permanência com qualidade dos discentes com deficiência no âmbito da Unifesspa.

Percebemos que o papel dos discentes apoiadores é fundamental para a inclusão e a permanência dos discentes com deficiência na Unifesspa tendo em vista que os discentes que recebem apoio têm apresentado resultados significativos e superiores aos que não recebem apoio direto do NAIA por meio do programa de bolsistas apoiadores.

É importante destacar que o programa de apoiadores não é apenas uma ferramenta para ser usada dentro dos muros da Unifesspa, mas precisa ser entendido como um elemento fundamental dentro das políticas de ações afirmativas presentes na universidade. Também é importante destacar que o trabalho dos apoiadores no âmbito da Unifesspa visa eliminar as desigualdades acadêmicas, mas também as desigualdades sociais ao passo que contribui para a emancipação dos discentes com deficiência tornando-os protagonistas de suas histórias. Assim é possível afirmar que o bolsista apoiador contribui para a permanência e inclusão, melhor desempenho social e acadêmico dos discentes com deficiência intra e extramuros da universidade.

Referências

- Brasil. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** Brasília, 2008. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial.pdf>>. Acesso em: 07 de julho de 2017.
- Brasil. Documento Orientador do Programa Incluir - Acessibilidade na Educação Superior- Secadi/Secretaria-2013.** Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=13292&Itemid=. Acesso em: 10 de dezembro de 2018.
- Brasil. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Nº 9.394/1996.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm>. Acesso em: 14 de dezembro de 2018
- Brasil. AVISO CIRCULAR Nº 277/MEC/GM.** Ministério da Educação. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/aviso277.pdf>>. Acesso em 14 de dezembro de 2018.
- Brasil. DECRETO Nº 3.298, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1999.** <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3298.htm>. Acesso em: 14 de dezembro de 2018.
- Brasil. Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, Lei Nº 7.853/89.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7853.htm>. Acesso em 10 de dezembro de 2018.
- Brasil. Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos / Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. – Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Ministério da Educação, Ministério da Justiça, UNESCO, 2007.** Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=2191-plano-nacional-pdf&Itemid=30192>. Acesso em 9 de dezembro de 2018>.